

## A História da literatura brasileira que lemos e ensinamos\*

Marly Amarilha de Oliveira\*\*

Quando concluímos a leitura dos vinte e cinco programas de Literatura Brasileira das universidades federais e algumas fundações do país<sup>1</sup>, verificou-se que os mesmos estão firmemente apoiados nas histórias da Literatura Brasileira. A nomenclatura de “escolas literárias” que predomina na distribuição do conteúdo da disciplina, é facilmente encontrada na *História Concisa da Literatura Brasileira* de Alfredo Bosi embora ele não seja o historiador mais citado nas bibliografias, lugar que cabe a Afrânio Coutinho com a obra por ele escrita e organizada *Introdução à Literatura do Brasil* e a *Literatura no Brasil*, respectivamente. Com esses dois historiadores, de tendências tão diversas, dominando a sistematização dos programas de Literatura Brasileira pode-se inferir sobre o caráter eclético da orientação historiográfica no ensino da disciplina.

Por outro lado, os programas manifestaram um consenso no que diz respeito à orientação histórico-estilística para o ensino da Literatura Brasileira. As diferentes ênfases nos períodos a serem abordados, isto é, um semestre só se estuda o Modernismo ou, o Simbolismo que se ausenta por completo do programa, é que dão o aspecto variável nessa tendência quase monocórdia.

Foi com certa surpresa, mas também com prazer que observamos algumas tentativas diferentes nos programas como a atenção à produção feminina na Literatura Brasileira (UFBA) ou a inclusão da Literatura Local (UFAC; UAM; UFCE; FUFPI; UFRN; UFRS; UFSC) o que, certamente, escapa aos padrões historiográficos.

O desenho variado da distribuição da disciplina, conforme o período que se propõe para estudo, é o indício de múltiplas *interpretações e intenções* no ensino da mesma, mas, seguindo a pista fornecida pelos próprios programas, vamos ver o que dizem a sua fonte — as histórias da Literatura Brasileira. Seleccionamos para esta abordagem a questão da “origem da Literatura Brasileira” que se revelou ser um assunto tratado de forma desigual pelos programas; através dele chegaremos a perceber também alguns aspectos da história que nos contam e que continuamos a contar.

---

\* Este ensaio é baseado na dissertação de mestrado “O Ensino de Literatura Brasileira na Universidade — subsídios para uma abordagem crítica” apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina em 1982, sob a orientação da Prof. Zahidé Muzart.

\*\* Mestre em Letras, UFSC. Doutoranda no King's College — Londres.

## A origem da Literatura Brasileira

Para instaurar um processo histórico nos moldes europeus em terras novas, o expansionismo português teve que necessariamente “queimar etapas intermediárias”<sup>2</sup> na trajetória dos povos que aqui encontrou — o que para os historiadores caracteriza uma forma transplantada de cultura<sup>3</sup>. A dificuldade em historiar a vida que aqui se tinha, dado o desconhecimento do lugar antes do contato português, obscurece para a história a possibilidade de uma origem nativa de cultura.

O indígena que aqui habitava, passa a existir para a história, bem como a própria terra, no documento que em primeira vez data, localiza e descreve sobre a Ilha de Vera Cruz — na carta de Caminha. No momento em que o escrivão Pero Vaz de Caminha e tudo o que ele representava, elegeu esta terra para torná-la conhecida do Rei Dom Manuel, ele traçou a possibilidade de historiar-la, no sentido que

“um trabalho ‘histórico’ participa do movimento pelo qual uma sociedade modificou sua relação com a natureza, transformando o ‘natural’ em utilitário (por exemplo, a floresta em exploração) ou em estético (por exemplo, a montanha em paisagem), ou fazendo passar uma instituição social de um estatuto a outro (por exemplo a igreja convertida em museu)”<sup>4</sup>.

O prenúncio da nova relação de domínio e possibilidade de discurso sobre a terra, identifica o trabalho histórico que será exercido pelos portugueses. Na avaliação primária que faz da terra, em sua carta, Pero Vaz não esconde a preocupação com seus potenciais de riqueza, que à época de imediato significava o minério<sup>5</sup> mas que não desprezava aquelas advindas da exploração do solo. Nesse modo de interferir, historicamente, é exemplar o trecho seguinte da carta:

“Até agora não podemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lh’a vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares, frescos e temperados como os de Entre-Douro e Minho, porque neste tempo d’agora assim os achávamos como os de lá. (As) águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!”<sup>6</sup>

Esse nascimento para a história, sobre cuja intencionalidade Werneck Sodré é claro, “não havia, antes no nosso território, nada que interessasse o europeu”<sup>7</sup>, irá determinar a condição colonial. Isto é, incorporada aos portugueses, esta terra e tudo que nela existia e acontecia passam a ter uma história cujo roteiro, nem é aquele próprio à metrópole, nem o que lhe seria natural, mas aquele designado pelos seus colonizadores, então. A colônia existe, em princípio, para suprir necessidades da metrópole, o fato de posteriormente reclamar para si autonomia, é uma contradição que escapa aos interesses e ao controle daquela.

É nesse conflito, dos propósitos metropolitanos e o sentimento de nativismo, que se poderia pensar em buscar um traço mais próprio, portanto, diferenciado do roteiro colonialista e com caracteres passíveis de contornos mais ou menos peculiares. Esse momento no entanto, já não anula e nem pode ser desvinculado do nascimento transplantado. Instaura-se, conseqüentemente, a problemática do início de uma raiz, que filtrada dos elementos europeus, indígenas, negro e marcada pela condição colonial, percebe-se em dado instante, com certa singularidade. Essa nova situação se torna possível pelo próprio desenvolvimento da colônia, que com o hipertrofiamento de componentes nativos, percebe o traço diferenciador e começa a ter consciência da sua identidade nova. Não se pode desconhecer que, fatores diversos colaboraram na formação dessa consciência, mas o que interessa por ora, é saber em que medida a literatura que se manifestou nos tempos coloniais é significativa para a História da Literatura Brasileira e por conseguinte, para o ensino da própria Literatura Brasileira hoje, nas universidades.

As diferentes posições historiográficas, frente ao surgimento do que será a Literatura Brasileira, se refletem na própria delimitação do conteúdo dos programas, que ao tomarem um ou outro período para o início do estudo da LB incorporam essa problemática. Atitude que coloca em confronto maneiras diversas de interpretar os próprios textos literários, enquanto manifestações histórico-estéticas, comprovando que o exercício crítico é componente significativo do discurso histórico, tanto na seleção do que deve ser abordado, como no julgamento que se lhe atribui. O que faz, portanto, que os programas de Literatura Brasileira incorporem a história da Literatura Brasileira enquanto acontecimento histórico-estético e, enquanto fazer discursivo, e que da convergência desses elementos possibilita a abordagem da LB como disciplina: dosada, seccionada e interpretada, isto é, cada programa, com maior ou menor rigor, revela certa identidade com um ponto de vista historiográfico (ainda que sua bibliografia seja bastante eclética).

O problema da origem da LB se confunde com a própria identidade de nação, daí constatar-se que para esse grupo de historiadores que coloca a questão, a literatura subordinar-se invariavelmente ao critério político, ou seja, do Brasil dependente à sua autonomia. Algumas vezes o problema não está transparente, no entanto, em certo momento o critério pode se revelar claramente. Como ocorre com Werneck Sodré em sua *História da Literatura Brasileira — seus fundamentos econômicos*, que critica esse procedimento mas que não deixa de incorporá-lo, quando o julga conveniente. Pode-se perceber essa flexibilidade de critério, confrontando-se dois momentos da citada obra:

“Do ponto de vista da forma, o arcadismo, que vai suceder ao gongorismo, representa uma reação a este e procura um retorno à simplicidade clássica. . . No começo, confunde-se com a escola contra a qual se levanta. No fim, traduz já as influências do romantismo. O fim, aliás, opera as suas alterações na fase da autonomia. Por isso mesmo, romantismo e autonomia serão incorporados no

*mesmo conjunto, fundidos como produto das mesmas causas, apreciados como resultado das mesmas transformações, segundo muitos. Não há, entretanto, motivos que fundamentem tal idéia.*<sup>5</sup>

O grifo acima se faz necessário, para que se perceba a sutileza com que o autor servindo-se, passageiramente, desse postulado, explica a nova fase do desenvolvimento, do que será a **Literatura Brasileira**, no trecho que se segue:

"A época é aquela que antecede a fase em que vai se processar a independência. Começam a surgir, por isso mesmo, as manifestações de nativismo, e há sinais, na poesia desses verzejadores, de algum interesse pela terra em que nasceram". . . É indispensável, por último, mencionar o advento, na primeira década do século XIX, quando a corte de Lisboa se desloca para o Rio de Janeiro. . . Começam a ser publicados aqui os primeiros livros. Surgem os primeiros jornais. Isso significa que, com a precariedade natural, começa a existir a possibilidade de difusão do pensamento, ultrapassada a fase obscura em que as obras eram impressas no reino, sob cuidadosa vigilância, que motivou o extravio de tantas contribuições, quando não intencional sonegação, ou até a apreensão. . . Não tardará o momento em que o romantismo abrirá caminho através de uma de suas manifestações específicas: o folhetim"<sup>9</sup>.

Fica perceptível ao leitor, que Werneck Sodré cerca seu discurso histórico de elementos de teor relevantemente político-social, e não só econômicos, conforme diz seu subtítulo, pois se referem às mudanças de relações entre metrópole e colônia, para introduzir o movimento romântico. Embora não explicito o fator autonomia, que passa a se processar com maior nitidez, no entanto, identifica-o, quando enumera as sintomáticas mudanças operadas pela transferência da corte portuguesa ao Brasil.

No percurso de sua investigação a cerca do surgimento da literatura nacional, por várias vezes Werneck Sodré aponta para a falsidade dessa tese, em atribuir ao momento político da autonomia, o conseqüente nascimento de um pensamento brasileiro. A favor desse ponto de vista, o autor da *História da Literatura Brasileira — seus fundamentos econômicos* — arrola a desarticulação da sociedade brasileira à época da independência. Resultando daí a impossibilidade de uma consciência imediata de nacionalismo e da nova situação que se criara no país. O historiador tem certa razão, mas há de se convir que a autonomia como qualquer processo histórico, precisa de tempo para que se consolide. Há no entanto de se considerar que é dessa nova complexidade da sociedade, advinda do seu surgimento como nação, que o pensamento brasileiro começa a melhor se definir.

As manifestações de brasilidade, segundo Werneck Sodré, aparecem de forma isolada já em Anchieta, endossando a qualificação de Silvio Romero, de que o padre jesuíta "foi um precursor"<sup>10</sup>. Não considera possível no entanto, demarcar aí o início da Literatura Brasileira. Mas, Cláudio Manuel da Costa (1729-1789) já é considerada a "primeira figura literária"<sup>11</sup>, sem que considere estruturada a Literatura Brasileira. Seja pela qualidade

literária das obras, seja pela dificuldade em apreender uma sistemática da inter-relação entre as diversas manifestações literárias — Werneck Sodré adia para o Romantismo o esboço de um pensamento literário nacional. Mesmo resistindo a associar a autonomia política a um imediato pensamento autônomo (o que de fato não poderia ocorrer), o autor não deixa de reconhecer nos progressos políticos do país elementos de contribuição ao desenvolvimento literário.

E do ponto de vista do interesse dos primeiros períodos da Literatura Brasileira, para estudo, o discurso historiográfico de Werneck Sodré, dá à resposta um tom de desestímulo:

“Os dois primeiros séculos representam, assim, por motivos perfeitamente conhecidos, em consequência da refratariedade da sociedade colonial a qualquer manifestação artística, uma espécie de pré-história literária. Seu estudo é uma tarefa de erudição, e tem um interesse informativo e cronológico. Os autores nele arrolados são leitura, por vezes obrigatória de ensaísta, etnógrafos, historiadores, sociólogos. Estão, do ponto de vista literário, naquele cemitério a que José Veríssimo se referiu sem nenhuma ironia”.<sup>12</sup>

O que a crítica do historiador deixa transparecer é que a literatura “brasileira” dos tempos coloniais, hoje, nada mais significa, e a erudição atribuída ao seus estudos está desalojada de uma perspectiva dinâmica das manifestações literárias — é coisa morta. Resta porém lembrar, que a *memória histórica* de uma literatura nacional precisa ser sempre atualizada — porque enfim, o estudo do passado só se justifica quando esclarece e projeta perspectivas sobre o presente, e nesse aspecto o passado colonial da Literatura Brasileira é de fundamental importância para a compreensão do roteiro que essa mesma literatura vem traçando historicamente. Porque a história nada mais é do que “um diálogo interminável entre o presente e o passado”<sup>13</sup> — daí que o estudo da Literatura Brasileira desse passado — sem ter grandes méritos literários é, no entanto, significativo historicamente (razão pela qual é do interesse do historiador), mas o é também do homem de letras — porque a literatura se dá em processo histórico e, essa dimensão não pode ser desprezada.

Por outro lado, cabe à crítica historiográfica atualizar seus métodos e recuperar no patrimônio do passado o significado literário dessas obras, enquanto tal. A literatura “brasileira” dos tempos coloniais não tem nada a dizer hoje, ou os métodos de análise contemporâneos é que são incapazes de recuperar-lhe o sentido?

As observações do historiador a respeito da origem da Literatura Brasileira e de seus primeiros passos, não devem ter escapado de influenciar na elaboração dos programas de Literatura Brasileira, dos cursos que indicam sua obra em suas bibliografias — e que não são poucos, o que justifica este demorado diálogo.

Alfredo Bosi quando elaborou sua obra *História Concisa da Literatura Brasileira*, contrariamente ao procedimento metodológico usual de fazer uma apresentação introdutória e esclarecer sobre os critérios adotados

no decorrer da obra, optou por uma abordagem direta do conteúdo, excluindo o preâmbulo. Se a distribuição formal do assunto não deu lugar destacado e, em separado, às explicações metodológicas, nem por isso o autor deixou de tê-las e de empregá-las oportunamente. Assim, a ausência desse procedimento já requer uma observação mais cuidadosa do leitor, se pretende acompanhar, adequadamente, as intencionalidades do historiador.

A importância dos critérios metodológicos de que se servem os historiadores em suas obras, para o ensino da Literatura Brasileira, ganha realce na medida em que eles determinam a interpretação, escolha e preferências na leitura da Literatura Brasileira, bem como a *disciplinam* para efeitos didáticos.

A leitura da *História Concisa da Literatura Brasileira* obriga a um exercício mais atento, poque, como nas obras similares, há no interior de seu discurso historiográfico intencionalidades, mais ou menos declaradas, que em outras obras são delineadas no capítulo reservado à introdução e aqui, submergem no próprio roteiro da história da Literatura Brasileira. Dessa forma, mais hermética porque mais condensada, o ponto de vista do historiador passa a se revelar, à proporção que se aprofunda nos problemas da própria Literatura Brasileira. Discurso duplamente enriquecedor, pois que sua teoria se presentifica na prática, e, por isso mesmo, duplamente difícil. E decompor a história da Literatura Brasileira se constitui na tarefa de, igualmente, desvelar um discurso histórico-literário e suas preocupações. Procedimento que pode ser encontrado em toda obra do gênero, porém aqui marcado por uma opção metodológica mais compacta.

Vejamos como A. Bossi discute a questão da origem da Literatura Brasileira. O autor principia colocando a "condição colonial". Para explicá-la Bosi apresenta duas categorias: de objeto e sujeito. Ao primeiro termo, assinala o atributo de submissão "a terra a ser ocupada" — e ao sujeito, a sua eminente natureza dinâmica. "A colônia só deixa de o ser quando passa a sujeito da sua própria história"<sup>14</sup>. Assim, através da situação histórica do colonialismo, Alfredo Bosi dá a conhecer um dos seus pressupostos teóricos, ou seja, o processo histórico da passagem da condição colonial à uma identidade própria da nação. Portanto, através do veio do nativismo, como afirma:

"Acompanhar esse processo na esfera de nossa consciência histórica é pontilhar o direito e o avesso do fenômeno nativista, complemento necessário de todo complexo colonial".<sup>15</sup>

Colocado um dos critérios históricos, outros de se derivam, como o que coloca a concepção de arquipélago cultural. Processo resultante da sistemática de ocupação e exploração de trechos esparsos do país, dando origem a ilhas sociais, que conseqüentemente, produziram alguma cultura.

A literatura decorrente dos primeiros séculos de colonialismo é, para A. Bossi, a pré-história das letras, que sem pertencerem à categoria do literário interessam como "reflexo da visão do mundo e da linguagem

que nos legaram os primeiros observadores do país"<sup>16</sup>. Daí ser chamada de literatura de "informação" — o que no entanto, não a desmerece, segundo seu critério, pois os temas e sugestões nela contidos são, posteriormente, reaproveitados literariamente. Nesse sentido, a valorização desses documentos de interesse mais históricos do que literário, constitui um aprofundamento na problematização da origem da Literatura Brasileira, pois se percebe que o historiador se fundamenta no movimento geral da história que aqui se fazia, anexando à questão literária, de forma inseparável, a realidade da origem colonial do país. Ainda que para a valorização estética, o autor não desconheça certa impropriedade do critério nativista, para algumas manifestações das letras na época colonial. É o que se depreende do comentário que faz a respeito de poemas de Bento Teixeira:

"O critério nativista privilegiou esses versos (que não raro a floram o ridículo) vendo nos encômios aos melões e às pitombas um traço para afirmar o progresso da nossa consciência literária em detrimento da Metrópole. Mas um critério formal rigoroso não chegaria por certo às mesmas conclusões"<sup>17</sup>.

E é para suprir essa lacuna, de que apenas um ponto de vista não abrangeria a complexidade da obra literária, que Bosi usa da crítica a postulados extremistas sobre o Barroco para aí inserir o seu próprio procedimento crítico sobre a história da Literatura Brasileira.

"A apreciação do Barroco tem oscilado entre a sêca recusa, comum aos críticos da mensagem. . . e a quente apologia, peculiar aos anotomistas do estilo. . . As lacunas de ambas as perspectivas não são difíceis de apontar. . . Em suma, desvalorizar um poema barroco porque "vazio", ou mitizá-lo porque rebuscadamente estilizado é, ainda e sempre cometer o pecado de isolar espírito e forma, e não atingir o plano da síntese estética que deve nortear, em última instância, o julgamento de uma obra."<sup>18</sup>

Assim é que, localizando-se diante de um problema o historiador vai desvelando as intencionalidades de seu discurso historiográfico — a síntese dialética.

Quanto à questão nacionalista enfatizada em toda a Literatura, Alfredo Bosi, informa de como ela se fez. Isto é, esclarece que, depois do momento da Independência do Brasil, D. Pedro II, fazendo-se mecenas, buscou recompor o passado literário do Brasil.<sup>19</sup> Nesse procedimento, surgido por uma necessidade político-histórica, já se encontram as raízes da relação da busca de brasilidade e de sua confirmação através da literatura. Pois, ao fazer um levantamento do passado literário, naquilo em que ele se manifestara nativista, existe, implícita, a semente de um critério historiográfico crítico.

Há muito o que perceber sobre a semântica historiográfica. Em Alfredo Bosi, particularmente, um veio percorre visceralmente seu discurso, como um motivo que se metamorfoseia a cada nova unidade estudada. Há no historiador uma instigante preocupação em captar e em mostrar os instantes

em que a origem da brasilidade se dá, não somente pelo peso da opressão exercida pela metrópole, mas porque desta circunstância surgia a possibilidade de uma visão crítica, provocando os homens de letras à tentativa de realizações fora dos padrões impostos pela condição colonial.

Dessa forma, ao escrever sobre o Romantismo, o pensamento de A. Bosi, que viera se desenvolvendo em crescendo, atinge um ponto de exigência socializadora do fazer literário no Brasil. Isto é, o trajeto feito pelos poetas e escritores do Brasil, sempre dependentes do ideário colonialista — portanto, pressupondo uma camada dominante (a metrópole e seus literatos), mereceu de Bosi vigorosa revisão. Daí que o Romantismo, tido como movimento estético paralelo à emancipação política do país, ser apontado como um movimento de caracteres ainda anacrônicos como se lê:

“... foi êsse o período oficial do Romantismo na cultura brasileira, E o que poderia ter sido um alargamento da oratória nativista dos anos da Independência (Fr. Caneca, Natividade Saldanha, Evaristo) compôs-se com traços passadistas a ponto de o nosso primeiro historiador de vulto exaltar ao mesmo tempo o índio e o luso, de o nosso primeiro grande poeta cantar a beleza do nativo no mais castigo vernáculo; enfim, de o nosso primeiro romancista de pulso — que tinha forma de antiportuguês — inclinar-se reverente à sobrançeria do colonizador. A América já livre, e repisando o tema da liberdade, continuava a pensar como um invenção da Europa”.<sup>20</sup>

É, portanto, angustiante a maneira como Bosi problematiza a origem da brasilidade na literatura, que aqui se manifestou. Se ela já provara certo vigor como algum expressivo poeta antes do Romantismo (Silva Alvarenga — 1846 — segundo o autor) este no entanto, não negava sua ascendência submissa, mostrando evidente inadequação histórica. E nem a anterioridade cronológica de Gonçalves de Magalhães é poupada ao rigor crítico que o historiador impôs à sua *História Concisa*. Há mesmo certa pressa em passar adiante de autores que não contribuíram de forma crítica para a liberação das letras do espectro colonial, e usufruir melhor daqueles que ao manifestarem consciência de brasilidade, em nível de expressão literária notável, confirmem sua hipótese historiográfica.

Ao invés de apenas rastrear a formação da Literatura Brasileira pelo seu roteiro de identidade nacional, Bosi, usando das condições sociais e políticas que esta oferece, e dando-lhes nova dimensão, busca fazer uma história literária em que esse sentimento (brasileiro) se deu por força de tensão, entre a literatura possível e a literatura que se recolheu como patrimônio literário (onde a busca do caráter crítico da Literatura Brasileira). Onde, necessariamente, à busca da soberania nacional deveria equivar, internamente, a uma expansão dos meios de acesso à cultura, de maneira que a nacionalidade literária não se fizesse apenas por quem dela se apropriou, por estatutos culturais que determinada classe da sociedade privilegia e aponta como tal, mas fosse construída socialmente, isto é, destruindo e superando os estamentos sociais.

A leitura da obra de Antônio Cândido *Formação da Literatura Brasileira*



(*momentos decisivos*), remete de imediato pelo título a uma intencionalidade declarada. É uma obra sobre a Literatura Brasileira que busca historiar os períodos e acontecimentos que colaboraram na formação da Literatura Brasileira, de maneira a apreender-lhe um roteiro que possibilitasse uma visão orgânica.

Quando Antônio Cândido se propõe a descobrir sua própria linha de trabalho, isto é, a direção de seu discurso historiográfico, ele busca fazê-la emergir de todo o patrimônio literário, usando do conceito de "sistema" como sendo toda a realização literária que se articulou, com algum consenso, entre várias épocas. Sendo assim, literatura para Antônio Cândido é "um sistema de obras ligadas por dominantes duma fase"<sup>21</sup>. Deste conceito resulta que o autor da *Formação da Literatura Brasileira* encontra dificuldade semelhante à Werneck Sodré na interpretação dos primórdios da Literatura Brasileira, embora, por razões diversas, pela própria concepção de sistema adotada pelo primeiro. À concepção de sistema se contrapõe o fato que, a linearidade como os acontecimentos são apresentados, exclui os contrastes de que se nutre a história. Limite que Antônio Cândido tentou superar aliando outros elementos à sua sistemática.

Para Antônio Cândido os elementos que fundamentam o seu sistema simbólico são: a) conjunto dos produtores literários com relativa consciência de seu papel; b) o público ou seja o conjunto dos receptores e, a forma de transmissão — o estilo por exemplo.<sup>22</sup>

A incidência de padrões de pensamento ou de comportamento que se transmitem entre os homens, constitui a tradição literária. Essa dinâmica de conhecimentos não se pode desconhecer, e, em se aceitando ou rejeitando é ela que determina a continuidade literária, segundo Antônio Cândido.

O interesse da *Formação da Literatura Brasileira* se direciona para a sistematização da obra como manifestação que possibilita o elo com uma manifestação anterior e dá margem a uma articulação do sistema literário, influenciando e constituindo-se em ponto de apoio para obras futuras, sob uma perspectiva temporal, formando-se assim a tradição.

A ausência desse *sistema simbólico* nos primeiros tempos, por falta de uma linguagem própria e de uma ambientação adequada, levou Antônio Cândido a caracterizar as obras que surgem no século XVI até o século XVIII apenas de "manifestações literárias". Sendo casos isolados, escapam à sistematização proposta, porque falta-lhe os elementos que o autor aponta como formadores do que convencionou chamar de sistema literário.

Portanto, o torturado exercício de alguns historiadores em estabelecer um "nascimento" mais ou menos datado, à literatura Brasileira é aqui resolvido por um procedimento metodológico, onde as primeiras manifestações e sua problemática são um item precedente e, pressupostamente, resolvido como sementes de literatura e, "quando muito esboço" de um sistema.

Segundo Antônio Cândido, há vários níveis de compreensão do objeto literário. "Em primeiro lugar, os fatores externos "que se caracterizam como "sociais", seguindo-se o fator "individual", o autor, e finalmente

o “texto” síntese dos anteriores e gênese de outros, que determinam a especificidade da categoria literária. O autor aponta como atitude de bom senso “referir-se a estas três ordens de realidade”. Essa visão globalizante, que coloca como pressuposto do seu trabalho, Antônio Cândido a justifica como necessária à crítica, que implicaria no resultado de um estudo analítico. Ora, evidencia-se aqui, o caráter eminentemente crítico do seu discurso historiográfico seja na escolha dos “momentos” a serem abordados, como na análise que deles é feita, onde se pode observar o procedimento que Gilberto Mendonça Teles assim sintetizou: “toda análise literária pressupõe um ato crítico, toda crítica literária deve estar apoiada num ato analítico”.<sup>23</sup> Ao analisar o elemento social, individual e o textual, Antônio Cândido faz uma abordagem dinâmica. A Literatura é um conjunto de obras, mas elas integralizam os elementos sociais e psíquicos e assim ele não os ignora, apenas privilegia o texto, e a partir deste realiza uma operação, que vê a obra como manifestação peculiar do homem em sua ânsia de dominar o mundo.

Um outro procedimento que não captasse a dinâmica de transformações literárias resultante desses fatores, reduziria o processo histórico do contínuo. Daí, uma história “in processum”. E, para atingir seus objetivos, ele recorre à arbitrariedade do ato crítico, escrevendo uma história crítica que “se deseja ser criadora, não apenas registradora”.

A condição colonial do Brasil, não só marcou as manifestações literárias da época, como determinou, por consequência, a ótica do discurso historiográfico-literário, até os dias de hoje. Não só a incipiente LB se esboçou em relação de diferença à metrópole, mas estabeleceu ao historiador a dificuldade em historiá-la fora dessa relação. São exemplos dos limites deste critério: o momento da informação, formação e autonomia, vinculados pela história do descobrimento — pela metrópole; do desenvolvimento como colônia — portanto, dependente e controlada, e finalmente, de independência política. Sendo esta última (para os fins que se discute) relembrada e reafirmada, pela busca feita pelos discursos historiográficos em detectar na Literatura Brasileira, as prováveis manifestações de um pensamento autônomo. Comportamento *constante* que como tal se insere na constante em traçar a LB como identidade nacional.

O que dá à questão da nacionalidade literária brasileira a ambigüidade, de que não se resolvendo como questão historiográfica (a nacionalidade é critério problemático, por si só) e mesmo impondo-lhe limites, apresentar-se como constante permanente — através do próprio discurso historiográfico, e disso resultar na *impossibilidade* de assinalar a gênese da Literatura Brasileira, como forma autônoma. Seja pelas condições históricas, seja pela postura metodológica do discurso historiográfico, até a atualidade. A história da LB, vem assim filiar-se à condição de “história da dependência cultural” — em relação com o contexto mais próximo, com países de histórias similares, prolongando e reafirmando-a pela ótica sempre européia na análise e julgamentos de sua literatura, gerando assim a impossibilidade crônica, (não de estabelecer a data do nascimento da LB — questão inócua), mas, de promover um pensamento autônomo, ainda que o mundo moderno

exija a relatividade desse conceito, e apesar das condições político-sociais adversas.

Embora Antônio Cândido não feche a possibilidade de outros critérios para a abordagem da história da Literatura Brasileira, o fato de sua escolha recair no método estético-histórico significa que considera este o critério mais adequado. Assim, o desenvolvimento de sua investigação nesses parâmetros, não só justifica as análises e críticas feitas do patrimônio da Literatura Brasileira, mas também enquanto discurso historiográfico, que bem realizado impõe-se. Isto é, ao conseguir manter a coerência entre sua abordagem crítica e os pressupostos adotados, estabelecendo um equilíbrio, em que os elementos estéticos e históricos se relacionam de maneira a produzir uma unidade, o autor sistematiza a "história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura"<sup>24</sup> ao mesmo tempo em que sistematiza as posturas metodológicas anteriores de seus pares.

Fazendo um breve confronto dos critérios adotados pelos historiadores da Literatura Brasileira, entre Silvio Romero — o que primeiro colocou de forma orgânica as produções literárias do Brasil (1888) até Antônio Cândido — a realização mais elaborada a que chegou essa forma de sistematização, percebem-se pontos de confluência e divergência, realizando-se um processo de depuramento teórico, crítico e metodológico.

Baseando-se no critério etnográfico de Silvio Romero, a realização estética da Literatura Brasileira teria maior mérito quanto mais nacionalista fosse. "Tudo quanto há contribuído para a diferenciação nacional, deve ser estudado, e a medida do mérito dos escritores é este critério novo"<sup>25</sup>. Portanto, o fator nacionalista é usado como critério de valoração e reconhecimento estético.

Acrescente-se ainda que a sistematização histórica de Silvio Romero prende-se à influência dos fatores externos na gênese da Literatura Brasileira. Esses fatores: a raça, o meio e as influências estrangeiras determinam o surgimento de uma literatura com peculiaridades próprias.

Enquanto em Silvio Romero esses fatores são considerados prioritários à própria literatura, Antônio Cândido sem ignorá-los considera-os agilizadores do sistema literário e a primazia é ainda do texto sobre o contexto. Por outro lado, Antônio Cândido denomina história literária como "uma história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura". Tanto na conceituação de Silvio Romero do critério do literário e na concepção historiográfica de Antônio Cândido percebe-se o espírito nacionalista de ambos.

Na visão científica e crítica Silvio Romero propõe um ideário, segundo o qual o escritor brasileiro deve saber o que se passa no mundo europeu e saber que escreve para um povo em formação. Para realizar sua obra *Formação da Literatura Brasileira*, Antônio Cândido serviu-se de pressupostos universalistas e particularistas, porque sentindo a influência do pensamento externo (europeu) percebeu também as particularidades de uma literatura surgida aqui e preocupada com a caracterização nacional, Antônio Cândido aponta o Romantismo como uma fase extremamente comprometida com uma busca de identidade nacional. Neste sentido,

Silvio Romero pelas influências da “escola de Recife” critica ardorosamente o que ele chama de falso nacionalismo, a manifestação indianista do período romântico.

Entretanto, o espírito das obras *História da Literatura Brasileira* (1888) de Silvio Romero e *Formação da literatura brasileira* (1957) de Antônio Cândido, mostram a apropriação do mundo, segundo a maneira do povo brasileiro. Apesar das divergências de sistema, para Antônio Cândido: autores, obras e público ligados por denominadores comuns e para Silvio Romero: o meio, a raça e o elemento externo, ambos distinguem na literatura uma função social — a nacionalização de um povo.

Na obra de Afrânio Coutinho *Introdução à Literatura no Brasil* a questão do “nativismo”, depois transformado em “nacionalismo” é traço secundário, em virtude da proposta estético-estilista que se propõe realizar. Segundo o autor, é a caracterização de períodos literários a forma mais adequada de se escrever a história literária e de abordar seu objeto — a literatura.

“Descrever literariamente uma época, conforme os princípios desse “gênero crítico que é a narrativa histórica da literatura” (Getto) é proceder à definição e caracterização do estilo que lhe emprestou fisionomia própria e inconfundível.”<sup>26</sup>

Assim o historiador busca uma conceituação para a própria Literatura Brasileira, resultando daí um enfoque bastante diversificado do que disseram os historiadores precedentes. O próprio movimento histórico do surgimento da “diferença” em relação à metrópole, é visto como fato imediato que se deu no contato do colonizador com a realidade da nova terra.

“O impacto do novo meio fez dele um homem novo, e foi muito forte para que essa transformação durasse três séculos.”<sup>27</sup>

Embora não se apresentem exemplos que melhor fundamentem a afirmativa acima, Afrânio Coutinho introduz sua historiografia por um caminho que se nega a percorrer o trajeto da formação da nacionalidade, visto que esta teve seu germe no primeiro momento colonialista. Com essa pressuposição, Afrânio Coutinho livra-se da angustiante busca de uma consciência e identidade nacionais do ponto de vista político. Ela ocorreu, segundo ele de forma natural, no surgimento de uma nova forma de vida. Dessa maneira, a literatura será a expressão do homem em contato com uma realidade e a diferenciação dar-se-á por consequência. A busca em expressar-se será condicionada pelo novo meio, e não pela condição especificamente política de país colonizado. A literatura nasce da necessidade de expressão e isso a justifica. Daí, o autor verificar a impossibilidade de investigar e exercer uma crítica histórica que tomasse o nativismo como critério valorativo. Reconhecer-lhe a existência como traço literário só teria significado quando houvesse uma correspondente qualidade estética superior. De onde o simples nativismo não justificar o mérito literário, no que contradiz a postura de Silvio Romero.

Afrânio Coutinho tenta superar esse equívoco problema desvinculando a literatura da história geral do país, conferindo-lhe um germe de autonomia histórica e interpretando-a como possível de assim realizar-se. Coloca-se então seu fundamento: “a periodização literária ideal obedecerá a critério puramente literário, a partir da noção de que a literatura se desenvolve como literatura”.<sup>25</sup>

Entende, portanto, que a expressão literária, não depende das circunstâncias ambientais mas resulta do trabalho de elaboração de uma “visão estética de uma nova realidade”.<sup>29</sup> As dificuldades em sustentar uma história literária autônoma de elementos exteriores à sua especificidade, começam a se manifestar no discurso historiográfico de Afrânio Coutinho. Se o que subjaz a uma obra literária é a visão estética sobre a realidade, então este último componente tem com sua expressão uma relação intrínseca, e a história da expressão não pode deixar de considerá-la, em função da sua própria forma. O processo histórico que em determinado momento abandonou a forma épica (visão estética) para buscar outras fontes expressivas (a narrativa longa) é componente dinâmico e diferenciador do discurso ou da evolução do discurso literário que daí se gerou. Assim, a historicidade própria ao discurso literário (ainda que se possa vislumbrar um trajeto coerente) pode ser prática complementar à compreensão da literatura, mas implica em limitar-lhe a visão totalizadora — o que, por fim, será sempre um processo perfectível.

O primado do literário enquanto tal, visa a libertar a obra literária do conceito de “instituição social”<sup>30</sup> — termos pejorativos com que o autor assinala a excessiva carga sociológica usada na historiografia literária.

Segundo sua concepção, a literatura desempenha a função de “criar beleza como suprema forma de entretenimento do espírito”<sup>31</sup> e é dessa categoria específica que se deve estabelecer um critério de análise crítica. Portanto, da lógica resultante de sua historiografia, Afrânio Coutinho pensa em dar relevância aos aspectos estéticos da obra literária, privilegiando-os em detrimento dos fatores sociais, políticos e históricos. Com esta postura, o autor de *A Literatura no Brasil* rompe uma possível sistematização para o patrimônio da LB, pois o padrão estético desta é insuficiente para estabelecer unidade, organicidade e coerência às manifestações literárias que aqui se dão. Daí afirmar:

“Nota-se uma impotência singular em nosso espírito criador, que não chega a realizar-se plenamente, não amadurece. . . Não existindo vida literária organizada. . . o exercício da literatura faz-se em condições parasitárias ou ancilares.”<sup>32</sup>

A intencionalidade declarada do autor, em fazer uma obra cuja proposta historiográfica fizesse oposição ao modelo historicista, não lhe bastou para que se realizasse de forma coerente.

O ecletismo encontrado nos volumes posteriores ao de *Introdução à Literatura no Brasil*, bem o demonstram, e a reflexão que conclui a respeito da imaturidade da Literatura Brasileira, onde a história do país justifica a fragilidade literária<sup>33</sup>, possibilitam questionar a metodologia ado-

tada.

Ao realizar sua obra — seja pela publicação como pela divulgação dos postulados da “nova crítica” — Afrânio Coutinho estabeleceu com os discursos historiográficos anteriores uma relação declaradamente opositiva, mas não libertando-se por completo dos critérios por eles adotados. O que não subtrai o mérito de exercer em certo sentido, uma crítica entre seus pares, o que “via instituição” influenciou o próprio ensino de Literatura Brasileira no país. Uma vez aqui:

“não há acumulação cultural no plano acadêmico, que construindo passo a passo o edifício do conhecimento de nossa realidade, constitui um acervo que se transfira, enriquecido, de geração a geração. Entre nós, cada geração desgarrada da que a precedeu para ser atrelada diretamente à corrente mundial de moda, se perde para si própria e para nós. . .”<sup>35</sup>.

Numa atitude típica de sociedade colonizada, a intelectualidade acadêmica não se dá a seriedade suficiente de ser crítica diante de novas correntes de pensamento, no caso de crítica literária. Assimila então os conhecimentos alienígenas e promove imediatamente a sua introdução nos cânones institucionais.

A imediatez com que o professor Afrânio Coutinho pretende constatar o surgimento do novo homem brasileiro e de uma literatura que se produziu com novidade desde o início, revela o suporte a-histórico de seu pensamento. Nesse sentido, torna-se inclusive imprópria a noção de movimento que significa a passagem de um estilo literário a outro, para recorrer a seus próprios critérios. Pois para admiti-la há de se considerar os fatores extrínsecos à literatura, portanto, históricos, que a propiciam, e é aí que esbarra o limite de sua proposta estético-literária.

## NOTAS

### 1. RELAÇÃO DAS UNIVERSIDADES QUE COMPÕEM O CORPUS DESTA PESQUISA:

1. Univ. Fed. do Acre (AC)
2. Univ. do Amazonas (AM)
3. Univ. Fed. do Pará (PA)
4. Univ. Fed. do Alagoas (AL)
5. Univ. Fed. da Bahia (BA)
6. Univ. Fed. do Ceará (CE)
7. Univ. Fed. da Paraíba (PB)
8. Univ. Fed. de Pernambuco (PE)
9. Fundação Univ. Fed. do Piauí (PI)
10. Univ. Fed. do Rio Grande do Norte (RN)
11. Univ. Fed. do Sergipe (SE)
12. Univ. de Brasília (DF)

13. Univ. Fed. de Goiás (GO)
14. Fund. Univ. Fed. de Mato Grosso (MT)
15. Fund. Univ. Fed. de Mato Grosso do Sul (MS)
16. Univ. Fed. do Espírito Santo (ES)
17. Univ. Fed. de Minas Gerais (MG)
18. Univ. Fed. de Uberlândia (Fund) (MG)
19. Univ. Fed. de Viçosa (Fund.) (MG)
20. Univ. Fed. do Rio de Janeiro (RJ)
21. Univ. de São Paulo (SP)
22. Univ. Fed. do Paraná (PR)
23. Univ. Fed. do Rio Grande do Sul (RS)
24. Univ. Fed. de Santa Maria (RS)
25. Univ. Fed. de Santa Catarina (SC)

2. SODRÉ, Werneck. *Síntese da Cultura Brasileira*. Pág. 11.
3. "É preciso compreender que, nas condições apresentadas pelo Brasil, no alvorecer do século XVI, a transplantação, . . . representou expediente historicamente necessário para permitir . . . a passagem . . . da comunidade primitiva . . . à fase mercantil". SODRÉ, W. Op. Cit. pág. 11.
4. CERTEAU, Michel de. "A operação histórica". In: *História Novos Problemas*. Pág. 29.
5. "É interessante verificar . . . a diferença fundamental que existiu entre a colonização portuguesa em terras americanas. Aquela encontrou sua base, a partir do ato inicial, na exploração de minérios, o ouro ou a prata, . . . Estes davam aos minérios preciosos um valor meramente ornamental. "In: SODRÉ, W. *História da Literatura Brasileira*. Pág. 39.
6. Carta de Pedro Vaz de Caminha In: *Duas Páginas de Nossa História*. Pág. 55.
7. SODRÉ, W. *Síntese da Cultura Brasileira*. Pág. 4
8. SODRÉ, W. *História da Literatura Brasileira*. Pág. 106-107.
9. SODRÉ, W. Op. Cit. Pág. 123-124.
10. Ibidem. Pág. 81.
11. SODRÉ, W. Op. Cit. Pág. 112.
12. Idem. Pág. 123-124.
13. CARR, E. H. *Que é história?* Pág. 29.
14. BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. Pág. 13.
15. Idem. Op. Cit. Pág. 13
16. BOSI, A. Op. Cit. Pág. 15.
17. BOSI, A. Op. Cit. Pág. 47.
18. Idem. Op. Cit. Pág. 34.
19. "O grupo afirmou-se graças ao interesse do Pedro II de consolidar a cultura nacional de que ele se desejava o mecenas . . . O jovem monarca ajudou quanto pôde as pesquisas sobre o nosso passado, que se coloriram de um nacionalismo oratório". Bosi, A. Op. Cit. pág. 109.

20. BOSI, A. Op. Cit. Pág. 110.
21. CÂNDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira*. Pág. 23.
22. CÂNDIDO, A. Op. Cit. Pág. 23.
23. TELES, Gilberto Mendonça. *A Retórica do Silêncio*. Pág. 48.
24. CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Pág. 208.
25. ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Pág. 56.
26. COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. Pág. 23.
27. *Ibidem*. Pág. 42.
28. COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. Pág. 21.
29. *Ibidem*, Pág. 41.
30. COUTINHO, A. Op. Cit. Pág. 60.
31. COUTINHO, A. Op. Cit. Pág. 46.
32. COUTINHO, A. Op. Cit. Pág. 44-45.
33. "É uma literatura pobre. Ainda não chegamos à plena posse de uma literatura. Certamente, porque ainda não logramos construir completamente ou consolidar a formação do país, sem o que se torna impossível, em plenitude, uma literatura vigorosa e original". In: COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. Pág. 53.
34. RIBEIRO, Darcy. *UnB: invenção e descaminho*. Pág. 91.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. Cultrix. SP. 1975.
- \_\_\_\_\_. "Literatura e Revolução". (Entrevista) In: *Travessia — Revista de Literatura Brasileira — n° 2*. Universidade Federal de Santa Catarina. 1981.
- CAMINHA, Pero Vaz de. "Carta de Pedro Vaz de Caminha". In: *Duas Páginas de Nossa História*. Livraria Progresso Editora. Bahia. Brasil. 1954.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo. Ed. da USP. 2 vols. 1977.
- \_\_\_\_\_. "Literatura de subdesenvolvimento". In: *América Latina em sua Literatura*. Ed. Perspectiva. 1979.
- CARR, E.H. *Que é história?* Paz e Terra. RJ. 1976.
- CERTEAU, Michel de. "A operação histórica". In: *História Novos Problemas*, Livraria Francisco Alves. 1976.
- COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. RJ. Ed. Sul America. 1970.
- \_\_\_\_\_. *Conceito de Literatura Brasileira*. Ed. Vozes. 1981.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Literatura no Brasil*. Civilização Brasileira. RJ. 1976.
- RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. Paz e Terra. RJ. 1975.
- \_\_\_\_\_. *Unb, invenção e descaminho*. Avenir Ed. RJ. 1978.
- ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira*. Livraria José Olympio. RJ. 1953. (5 vols.)
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Civilização



Brasileira. 1976.

\_\_\_\_\_, *Síntese de História da Cultura Brasileira*, Civilização Brasileira. RJ. 1980.

TELES, Mendonça Gilberto. *A Retórica do Silêncio*. Cultrix/MEC. São Paulo. 1979.